

BRASILEIRO A SANGUE, SUOR E LÁGRIMAS

Juarez Poletto¹

Resumo: O artigo encaminha para a importância da participação do homem de origem européia - situado no sul do Brasil - na construção nacional, através da qual adquiriu direito à cidadania. A abordagem envolve o movimento Mucker, do último terço do século XIX, a experiência da Colônia Cecília e suas conseqüências, da mesma época, e a Guerra dos Posseiros, na década de cinqüenta do século XX no Paraná.

Palavras-chave: História, nacionalidade, movimentos sociais.

Abstract: This article aims at pointing out the importance of the European descendant - located in southern Brazil - in the national building, through which he acquired the right to citizenship. The approach encompasses the Mucker movement in the last third of the XIX century, the Cecília Colony experience and its consequences, of the same time period, and the Posseiros' War, during the fifties of the last century in Paraná.

Keywords: History, nationality, social movements.

1. Apresentação

Este escrito parte da leitura da obra *Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais*, elaborada por quatro autores (Rubim Aquino, Fernando Vieira, Gilberto Agostinho, Hiran Roedel) que pensam o Brasil pelo viés dos grupos sociais que se organizaram, ou apenas se uniram, para reivindicar ou defender pretensões relativas a seu meio, quando em conflito com outros interesses locais ou nacionais. O livro, que é a segunda parte de uma produção maior, trata desde a crise do escravismo no Brasil até o apogeu do neoliberalismo e traça o perfil, as razões e ações dos movimentos sociais que ajudaram na construção da história nacional. Estão aí presentes, além das ações marcadamente organizadas e realizadas por brasileiros, alguns movimentos, circunscritos ao sul do País, que envolvem o imigrante, principalmente de origem alemã e italiana, normalmente esquecidos como brasileiros pela centralização feita pelos historiadores da cultura e das artes ao eixo Rio-São Paulo e ao brasileiro fruto das três etnias: português, índio, negro. É esta a senda que segue este estudo: a conquista da brasilidade pelo imigrante. Pretende-se mostrar que o caminho foi regado a sangue, suor e lágrimas, líquidos do corpo que, exsudados ou extraídos à força, junto à terra

¹ Doutor em Letras pela UTFPR. Professor efetivo de Departamento Acadêmico de Comunicação e Expressão da UTFPR Campus Curitiba.

calcada por pés nus ou cobertos por rudes botinas fizeram o amálgama que fundiu a todos num único povo: o brasileiro.

Na construção dessas imagens se fará incursão pelo movimento religioso messiânico Mucker, ocorrido no Rio Grande do Sul (1868-1898), em meio a imigrantes alemães; pelo grupo de italianos que fundaram no Paraná a Colônia Cecília (1890-1894), de orientação anarquista, e pela Revolta dos Posseiros que assolou o sudoeste paranaense no ano de 1957. Não se pode, porém, esquecer que o imigrante participava já das lutas pelas fronteiras nacionais no sul, que se envolveu na Guerra do Paraguai e que defendeu o Brasil na Segunda Guerra Mundial. Se não participou da expansão do território nacional - o que coube aos bandeirantes de origem portuguesa - foi um dos responsáveis pela expansão do território agrícola (PR, MS, MT, GO, AC, RO), com os benefícios e excessos conseqüentes. No presente, não há alemães ou italianos no território nacional, há brasileiros.

Canaã, de Graça Aranha, discute um dilema do imigrante: integrar-se ou não aos valores, hábitos e povo da nova terra. Ainda que o livro aborde essa angústia em uma comunidade de imigrantes alemães situada no Espírito Santo, a questão pode extrapolar para os imigrantes europeus em geral, principalmente os que se assentaram no sul e viveram mais intensamente o isolamento do restante da nação. Vieram em grupos e se acomodaram quase sempre juntos, numa mesma colônia ou região, e isso facilitava a manutenção de seus valores e linguagem, mas urgia compreender o novo mundo até para sobreviver; então nasceu o início da integração que nem sempre foi pacífica, muitas vezes até repleta de preconceitos de ambas as partes.

Em 1824 criou-se a primeira colônia de alemães no Brasil, em São Leopoldo, na então Província do Rio Grande de São Pedro, hoje Rio Grande do Sul. Depois outras colônias na província foram surgindo, à medida que o acordo entre o imperador e autoridades alemãs possibilitava. Então vieram Novo Hamburgo, Santa Cruz, Sapiranga, Campo Bom para exemplificar. Uns prosperaram logo, mercê de terras férteis, muito trabalho e adaptação às novas terras e sociedade. Outros pensaram mais pelo isolamento, pelas terras menos dóceis e por apego maior a valores que trouxeram de além-mar.

Já na luta empreendida pelo Brasil pelas terras cisplatinas do Uruguai, que buscava independência, houve algum envolvimento de imigrantes que habitavam próximos à fronteira. Josué Guimarães, na primeira parte (*Tempo de solidão*) de seu romance *A ferro e fogo*, traz a saga ficcional de uma família de imigrantes na solidão do pampa, enfrentando bandoleiros e sobrevivendo a duras penas, também descreve escaramuças entre imigrantes alemães que vieram ao Brasil, e outros que se estabeleceram na Argentina. É verdade que se trata de ficção, mas o que é a ficção senão a recriação em linguagem artística das experiências da vida inseridas numa visão de mundo verossímil? Aliás, no segundo volume da obra citada, agora sob o título de *Tempo de guerra*, o autor coloca os descendentes dessa mesma família e de outras da mesma origem lutando, morrendo ou sobrevi-

vendo na Guerra do Paraguai. Aí estão os primeiros batismos de sangue que os imigrantes enfrentaram nas novas terras a que vieram em busca de sobrevivência, fugindo da fome e da miséria que passavam na Europa. A integração nesses casos se fez rapidamente. A mesma obra, entretanto, põe seus personagens em contato com a família Maurer, no seio da qual surge o movimento dos Mucker, cuja organização inicial ocorreu em torno de 1868, no morro do Ferrabraz, onde hoje é o município de Sapiranga. É a ficção se integrando outra vez à história. Fiquemos com esta.

2. Tempo de Fé e de Sangue.

Conforme Janaína Amado² e Maria Amélia Dickie³, o movimento Mucker era formado por alemães e descendentes, habitantes de área rural, posseiros ou proprietários de lotes pouco produtivos, além do que, endividados, perdiam as poucas terras e os poucos pertences para os comerciantes também alemães que alcançaram melhores condições no novo país mais rapidamente. O movimento parece decorrer também de um confronto entre o modo de produção capitalista, que se originava com o progresso da colônia de São Leopoldo, a acumulação nas mãos dos comerciantes e transportadores da produção rural e que ditava a direção do futuro, e um modo de produção auto-suficiente que havia sido a forma autônoma de organização da produção na colônia até a década de 1870. De acordo com essa análise, os colonos, pela ruptura da coerência interna de seu modo de produção, reagiram na forma de um movimento messiânico que propunha o retorno ao passado igualitário, negando o presente cheio de desigualdades e conflitos. A vida miserável, já que a comunidade não tinha escola, nem médico, nem local para o culto, os aproximava, e o grupo começou a formar-se em torno de idéias comuns como a condenação à riqueza, ao dinheiro e até ao comércio envolvendo dinheiro, e isso não interessava nem aos comerciantes nem às autoridades regionais. Também rejeitavam as diferenças de classes, como não aceitavam as pregações de padres católicos nem de pastores protestantes. Além de tudo, eram contra os critérios eleitorais, que davam direito ao voto apenas a quem tivesse renda, o que os excluía. Não aceitavam o ensino das escolas porque omitia ou contrariava a Bíblia e os seus preceitos, por isso ensinavam a seu modo, seguindo a leitura bíblica e nos espaços improvisados das moradias. Talvez o que mais tenha incomodado seja o fato de desenvolverem vida coletiva e igualitária: o que era de um era de todos, não tinham dinheiro, mas não passavam fome. Uma espécie de comunismo primitivo que os fez marginalizados pelo capitalismo e atacados por católicos e por protestantes. Sua condição não diferia, portanto, da de outros explorados em outras regiões do território nacional, muitos dos quais também se uniram para alcançar objetivos comuns, como foi o caso de conhecidos

² AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker: Rio Grande do Sul 1868 - 1898*. São Paulo: Símbolo, 1978.

³ DICKIE, Maria Amélia S. *Afetos e circunstâncias*. Tese de Doutorado. PPGAS/USP, 1996.

movimentos como o de Canudos, da Guerra do Contestado, e de manifestações menos conhecidas e sem o caráter messiânico das citadas, como a Revolta do Quebra-Quilos no Nordeste.⁴

Essas idéias, embora envolvessem um grupo pequeno de pessoas e da zona rural, começaram a incomodar os donos do poder nas vilas; afinal não se enquadravam e não contribuía, insistiam em viver isolados e com autonomia. Começou por serem denominados de *mucker*, palavra de sentido pejorativo, que significava beato fanático, mas as autoridades provinciais os classificavam de desordeiros e até criminosos. Observe-se como diferentes facções apontavam o movimento, acusando-o de diferentes modos, conforme Maria Amélia Dickie: “Os Mucker foram agredidos e ridicularizados, seja como obra do diabo, seja como produto de ‘gente ignorante’, nas acusações verbais contra eles feitas, e qualquer das duas pechas faziam sentido frente à ‘verdadeira religião’ (cf. os Jesuítas), à apropriada interpretação da Bíblia (cf. a crítica dos luteranos à pregação de leigos em geral) ou à razão (cf. os intelectuais)”⁵.

Em 1873 o grupo já tinha consistência ideológica. Tratava-se de um movimento messiânico protestante, talvez único no Brasil. Eram liderados por João Jorge Maurer e sua mulher, também pregadora, Jacobina Mentz (ou Mentis, como se abrisse) Maurer, e se reuniam na casa dos líderes. Acreditavam ser os escolhidos para o reino de Deus e se designavam agentes de Cristo que preparavam a vinda de novos tempos, na linha das seitas milenaristas. Em seus cultos cantavam hinos religiosos, rezavam e ouviam a pregação empolgada e vaticinadora de Jacobina.

A vida desvalida, a miséria, o sofrimento aumentam o apego a forças sobrenaturais como meio de suprir as situações de penúria física. O homem em condições desesperadas de sobrevivência apela para todos os meios de manutenção da vida e de expansão dela até o espaço do espiritual. A Bíblia já expunha a situação do povo judaico em tempos de penúria ora unido em torno da sua divindade, ora apelando para ídolos. Basta uma liderança fervorosa com o domínio da palavra e a habilidade do convencimento e haverá muitos seguidores, haja vista a situação que resultou na Guerra de Canudos, no norte da Bahia, no início da República.

No caso dos Mucker, as conseqüências imediatas à sua união e objetivos comuns, além da rejeição já citada, foram as denúncias em jornais de São Leopoldo,

⁴ Não se trata de movimento messiânico e nem localizado, mas que alcançou o Nordeste e teve até manifestações no Rio de Janeiro. A causa profunda da Revolta do Quebra-Quilos foi a miserabilidade em que se encontrava o povo; as razões próximas foram a nova lei de recrutamento militar, por sorteio, mas isentava quem pagasse uma taxa, fosse proprietário ou arrumasse substituto; também a mudança nas normas de pesos e medidas acrescida da nova carga tributária impingida pelo império para pagar dívidas da Guerra contra o Paraguai. Os impostos eram cobrados durante as feiras, os descontentes protestavam e os protestos viravam agressões. Então quebravam os pesos e medidas do novo sistema decimal.

⁵ DICKIE, Maria Amélia S. *Milenarismo em contexto significativo: os Mucker como sujeitos*. E-mail: <masd@cfh.ufsc.br>

ainda que, como dito, o movimento fosse rural e isolado. Pode causar estranheza a princípio o fato de os incomodados com os Mucker serem também alemães, afinal a comunidade de São Leopoldo era toda alemã. Trata-se, entretanto, de uma disputa interna entre um grupo dominante de alemães já enquadrados à vida na província e enriquecendo ou tendo a expectativa disso e um grupo marginal à procura de um modo de sobreviver ou de enfrentar suas dificuldades e limitações. Houve até divisões familiares, normalmente tendo os mais pobres ficado do lado Mucker, os ricos e com poder eram seus opositores, como é o caso de Schreiner⁶ ou dos irmãos João e Felipe Sehn, aquele Mucker, este comerciante. O apego fanático à religião sabidamente se tem mostrado na história como caminho do desespero e da ignorância, à espera de uma salvação para além da vida e na própria vida via forças sobrenaturais.

A extensão do movimento não se prendeu a intriga local, a propósito das denúncias em jornais; segue um trecho de artigo publicado em Porto Alegre:

[...] a seita era imoral, pois pregava o comunismo, estendendo-se até o matrimônio; que era perigosa para a sociedade porque ali se ensinava que aquele que não pertencia à seita devia ser contado entre os mortos [...]; que a seita constituía uma ameaça e um perigo para o próprio Estado, pois ali se conculcavam as leis do país e se preparava o caminho à revolução; que, se o governo não livrasse a sociedade daqueles monstros, não seria para admirar que os colonos alemães recorressem ao linchamento, resultando daí mortes e assassinatos.⁷

No excerto ficam indicadas as preocupações que motivavam as pessoas contra o movimento e deixam transparecer seus valores. Primeiro, por considerar o comunismo imoral, está a defesa do capitalismo. A esse respeito, o que mais preocupava era a questão da mulher não estar presa a um homem pelo matrimônio (Parece ser mais um dado inventado pelos adversários a fim de fortificar seus argumentos do que fato real), um dos principais elos fortificadores do capitalismo, pois mantém em família os bens amealhados, o que cria gradativamente as diferenças sociais. Já que os Mucker se consideravam eleitos e os que estariam vivos para a nova era, os de fora da sua comunidade seriam os mortos, os que não sobreviveriam à mudança por vir. Então, descontextualizando o argumento, ele significaria que os beatos pretendiam eliminar os outros todos.

Não parece verdade que o grupo fanático, no dizer dos adversários, não aceitava as leis do Estado, isolaram-se porque não tinham meios de sobreviver no ambiente que o Estado propiciava a eles, por isso queriam mudanças no sistema

⁶ Lúcio Schreiner era delegado em São Leopoldo, parente próximo de Jacobina, mas o principal opositor dos Mucker. Jacobina escreveu várias cartas a ele, primeiro cobrando outra atitude do parente, depois advertindo-o das conseqüências divinas de seus atos e finalmente ameaçando-o de punição como: “Quem verte sangue humano, verá por sua vez vertido o seu sangue por mãos humanas”.

⁷ AMADO, Janaina. Op cit. p. 213.

eleitoral, por exemplo. Quanto à religião, queriam se libertar do dízimo cobrado pelas igrejas católica e protestante, pois não tinham renda nem para votar. A respeito da apregoada revolução que estariam pregando, trata-se outra vez de um exagero, pois o movimento todo não envolvia mais de duas mil pessoas, contando crianças, numa população de 15 mil. Outro exagero era nomeá-los *monstros*, afinal não haviam feito, até então, nada que justificasse tal denominação. Tratava-se apenas de adjetivação para preparar a população a fim de aceitar a eliminação dos que incomodavam, e assim tornar adequado até o linchamento.

Quem teve a iniciativa agressiva foram as autoridades policiais de São Leopoldo com prisões arbitrárias e imposição de vexames e humilhações aos participantes do movimento, quando vinham à cidade para trocar uns quilos de milho ou feijão por algum utensílio de que necessitavam. A situação começa a se precipitar em 22 de maio de 1873, quando Maurer e Jacobina são presos. Esta, em estado de letargia, é conduzida até São Leopoldo, numa viagem de 8 horas de duração. Para acordá-la, os médicos usam picadas de agulha e de ponta de faca. Apenas o canto dos fiéis, consegue despertá-la, após 5 horas. Depois negar as acusações contra os colonos, ela foi internada na Santa Casa de Misericórdia e só liberada em 13 de junho, com grande comemoração dos fiéis.

Os Mucker não produziram documentos como textos em jornal, sua posição ficou registrada nos autos policiais, numa petição para devolução de armas apreendidas (1874), em raras cartas e no abaixo-assinado enviado ao Imperador. Uma parte do abaixo-assinado citado por Janaína Amado, depois de afirmar que os Mucker são pacíficos e ordeiros, acusa: “algumas pessoas intolerantes, que microscopicamente estão enxergando os espinhos do próximo e estão completamente cegos das trevas que trazem consigo”. O abaixo-assinado ao Imperador narra as prisões arbitrárias de que foram vítimas Maurer e Jacobina, conta os insultos e vexames sofridos, a vigilância de que eram vítimas, as roupas rasgadas, os animais machucados e roubados, as plantações destruídas e a perseguição das autoridades locais, por isso pediam justiça.

A reação Mucker foi, inicialmente, no campo da legalidade. Em 1873, mandaram ao imperador D. Pedro II um memorial relatando as perseguições e os roubos de que eram vítimas, e alegavam que a oposição a eles se devia ao fato de não darem apoio eleitoral e financeiro a políticos de São Leopoldo. A tensão aumentou e poderia explodir uma luta a qualquer momento. Os Mucker perceberam que o memorial não atingiria os objetivos almejados, então mudaram a tática: armazenaram alimentos, compraram armamentos e munições e começaram a se reunir com frequência. As pressões que sofreram se acumularam e então, armados, sentiram-se no direito de agredir ou de reagir, afinal se julgavam agentes de Deus escolhidos para realizar a justiça na Terra, como já ocorreu em tantos lugares e tempos e em tantas diferentes culturas. Os fatos aqui são controvertidos. Várias fontes

históricas negam a ação dos Mucker, mas outras atribuem a eles o que ocorreu. Há quem⁸ alegue ter sido uma armação dos que queriam a rápida eliminação do problema e então atingiram colonos alemães para sensibilizar as autoridades a tomar uma providência. Na noite de 25 de junho de 1874, inverno, com as pessoas em casa se aquecendo contra o frio, várias casas foram incendiadas e os ocupantes mortos a tiros ao tentarem fugir.

O confronto com a milícia ocorreu como reação imediata às mortes. Um batalhão de Guarda Nacional e infantaria, com dois canhões arremeteu contra os Mucker no morro de Ferrabrás, no dia 28 de junho, quatro dias após os incêndios, mas foi derrotado pelos seguidores de Jacobina Mentz, o que revela o preparo e a habilidade do grupo para a luta, afinal comprara armas e até fizera armadura de combate, o que mostra o abandono aos fins pacifistas inicialmente adotados. A derrotas das forças oficiais causou pânico na província e houve até medo de que os escravos se rebelassem e se unissem aos Mucker. Por isso houve manifestações de apoio, abaixo-assinados de vários municípios, principalmente da população alemã e pertencentes à elite local. A milícia se reorganizou e as escaramuças e lutas prosseguiram por mais de um mês até o sufocamento dos fanáticos. A vitória das forças oficiais se deve à traição de um Mucker e o auxílio de 300 colonos opositores dos Mucker. Os demais então foram mortos ou aprisionados. Esta é a regra para a maioria dos movimentos messiânico/milenaristas não urbanos que têm sido estudados por cientistas sociais no Brasil.

Em 1875, foram julgadas em Porto Alegre 123 pessoas, muitas já haviam morrido na prisão (número desconhecido). Crianças do grupo foram entregues a famílias alemães para criação. Entre os absolvidos, alguns retornaram a suas destruídas moradias, outros se espalharam por outras terras e até alguns se dirigiram a Santa Catarina, para as terras que mais tarde entrariam em litígio pela disputa da Guerra do Contestado. Os que ficaram em suas antigas casas tentaram se reorganizar, mas foram sendo dizimados por assassinatos ou por brigas internas. Em 1898, já em período de República no Brasil, aconteceu o linchamento dos que sobreviveram por um ataque de 200 colonos bem armados. A sanha com que se atacou o movimento sugere, além dos possíveis interesses econômicos, forte disputa ideológico-religiosa: certamente Narciso não gosta do que não é espelho.

O filme *Os Mucker: o Massacre da Seita Ferrabraz*, sob a direção de Jorge Bodanski e Wolf Gauer, distribuído pelo Globo Vídeo, apresenta a visão de

⁸ Os escritos mais antigos sobre os Muckers demonizam o movimento, como é o caso do texto de Ambrósio Schupp, *Os Mucker. A tragédia histórica de Ferrabrás*; mas a partir do texto de Leopoldo Petry: *O episódio de Ferrabraz: os Mucker*, surge um movimento de restauração. Houve padres e pastores que relataram os acontecimentos de seu prisma e houve os depoimentos nos inquéritos instaurados que revelam posições controvertidas. As autoridades de São Leopoldo e as de Porto Alegre discordavam no modo de tratar a questão: aqueles queriam maior energia e até se propuseram a repatriar os Mucker; estes trataram o assunto como, no máximo, caso de polícia.

descendentes do grupo e traz como atores, também descendentes que ainda hoje mantém um pouco da língua alemã falada naqueles dias. O elenco é ainda composto por dois atores bem conhecidos no meio artístico: Paulo César Pereio e José Lewgoy, o primeiro como chefe da milícia repressora e o segundo como representante legal em São Leopoldo. A produção de Bodanzki é elogiada por José Geraldo Couto pela criação adequada do ambiente e por conseguir impregnar na imagem a sensação mais próxima de verdade histórica. O filme atribui a Jacobina um poder dominador sobre os fiéis, tanto no plano religioso como na organização do grupo, mas também deixa clara a idéia de comunidade: ninguém faz nada sozinho. O poder de Jacobina lhe dava o direito de deitar-se com o homem que quisesse e escolhia os que passavam por um momento de grande desconsolo. Também conforme o filme, no final da luta (1875) e sem mais opção de fuga ou sobrevivência, Jacobina mais três outros que lhe serviam de guarda, matam-se para não caírem nas mãos da milícia. A carta enviada ao imperador D. Pedro II nunca teria chegado às mãos de Sua Majestade, pois fora interceptada por opositores alemães, o que não corresponde aos dados históricos, conforme Janaína Amado, porque em 10 dezembro de 1873 viajam João Maurer e mais dois colonos Mucker ao RJ, para a entrega de petição ao imperador D. Pedro II, queixando-se de perseguição da polícia. Em 27 de dezembro, representante imperial solicita explicações a respeito das queixas que os Mucker fazem em petição entregue ao imperador e, em 28 de janeiro de 1874, Lúcio Schreiner responde às autoridades desmentindo as queixas.

Ainda no campo da produção artística, Luiz Antonio de Assis Brasil escreveu o romance *Videiras de cristal: o romance dos Muckers*, editado pela Mercado Aberto em 1990. O livro descreve com detalhes o dia-a-dia dos colonos da região do episódio Mucker. A nova edição de 2002 apresenta o livro com o título *A paixão de Jacobina*, em alusão ao filme homônimo de Lucy e Fábio Barreto, baseado na obra de Assis Brasil. Sobre o filme, as críticas não foram favoráveis, pois a obra se centra demasiado em Jacobina e esquece outras possibilidades de leitura dos acontecimentos, conforme escreveu José Geraldo Couto:

Do modo como a história é contada pelos Barreto, depreende-se que a seita mucker se formou por causa da crise histórica em que Jacobina mergulhou ao ser deixada pelo primo amado. A literatura histórica e psicanalítica está cheia de casos de mulheres que se tornam visionárias, iluminadas ou santas (ou simplesmente loucas) a partir da frustração sexual. O próprio título escolhido pelos Barreto parece indicar a dupla paixão da protagonista, a religiosa e a carnal. Mas o que levou toda uma comunidade de camponeses pobres a embarcar nessa loucura e seguir essa mulher até a morte?⁹

⁹ COUTO, José Geraldo. *Clichês e estética kitsch dominam drama novelesco*. Folha de São Paulo: 27/09/2002.

Versões, cada qual produz a sua, e é o que conta, pois assim se constrói a história, na soma dos discursos. Neste caso, importa que os envolvidos, sobreviventes ou mortos em seu tempo, fizeram parte da construção de episódios marcantes da história regional e nacional e assim se assumiram como participantes desta terra e se integraram a ela na medida mesma em que a ela deram seu suor, suas lágrimas e suas vidas.

3. Tempo de Utopia Social

Na esteira do socialismo utópico de Fourier, que acreditava ser possível eliminar a exploração do proletariado através de reformas sociais e econômicas aliadas à cooperação entre classes, está o anarquismo, com seu sonho de criação de uma nova sociedade. Foi o espírito comunitário-anarquista que orientou os imigrantes italianos que constituíram a Colônia Cecília, entre 1890 e 1894, nas imediações de Palmeira, no Estado do Paraná, a menos de cem quilômetros de Curitiba. Nessa mesma época, outros imigrantes italianos chegaram fugindo da miséria e da perseguição política na Europa. Seriam estes trabalhadores que dariam uma contribuição decisiva na divulgação das idéias socialistas e do sindicalismo no País.

A Colônia Cecília, conforme Rubim Aquino¹⁰, nasceu da iniciativa de Giovanni Rossi (1856-1943), médico veterinário e militante anarquista italiano, que defendia a necessidade de colônias socialistas experimentais onde fosse testado o projeto social libertário. Depois de escrever *Un Comune Socialista*, popularizando seu projeto de uma comunidade libertária, Rossi fundou, em 1886, na cidade de Bréscia, o jornal *Lo Sperimental*, dedicado à defesa da fundação de colônias experimentais e onde divulga o pensamento dos socialistas utópicos e dos anarquistas. Depois de algumas experiências na Itália, Rossi implantou uma comunidade no Brasil, onde pretendia experimentar uma forma de convivência social que correspondesse, da melhor maneira possível, às aspirações de liberdade e justiça. A comunidade foi pensada no tempo do império, mas realizada já no período da república, segundo um argumento provavelmente lendário, com apoio do imperador D. Pedro II - que queria mudar perante a Europa a imagem mal sucedida de imigrantes alemães que vieram para o Paraná e tiveram que retornar a Hamburgo às custas do governo brasileiro.

No Paraná já havia uma colônia francesa, de famílias provenientes de Avignon, e também colônias russas, quando desembarcou, em abril de 1890, a primeira leva de italianos para criar sua comunidade anarquista. Apesar das outras colônias serem de imigrantes sem definição ideológica, os anarquistas italianos

¹⁰ AQUINO, Rubim [et al.] *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002, p.134.

estabeleceram desde a sua chegada boas relações, principalmente com os agricultores franceses, que os ajudariam a se instalar na nova terra. Os imigrantes iniciaram logo o duro trabalho de desmatamento, e abriram as clareiras para as culturas e para suas casas, no espaço de 300 alqueires doados pelo governo. No entanto, imediatamente surgiram as dificuldades de adaptação a uma vida isolada, numa terra estranha, com um clima e um solo bem diferentes, que exigiam uma prática agrícola adaptada às características tropicais. Outro dos problemas iniciais foi que a maioria do grupo de 150 pessoas eram artesãos e operários e não agricultores. Assim, a distribuição de tarefas tornou-se complicada, apesar do entusiasmo dos participantes e do empenho com que cada um se dedicou ao que lhe coube. Os imigrantes plantaram o milho e fizeram as construções de moradias individuais e coletivas, os celeiros, a escola, o moinho, um açude para peixes e um pomar de pereiras. Mas era necessário esperar a colheita para garantir a sobrevivência, e o dinheiro trazido acabara com as construções e o preparo da terra. Então, enquanto alguns permaneciam na colônia fazendo horta e outras melhorias, boa parte teve que procurar trabalho fora da colônia, na construção de estradas, a fim de garantir a sobrevivência do grupo.

Em fevereiro de 1891, conta Rossi¹¹, chegou um novo contingente de colonos à Colônia, que incluía várias famílias de agricultores, abrindo novas possibilidades para o grupo anarquista pioneiro pouco experiente na lida com a terra. Contudo, uma nova dificuldade se colocava: a comunidade não tinha capital, infra-estrutura e uma produção agrícola que suportasse o número elevado de componentes, que chegou a mais de 300. Além disso, os novos membros, de origem rural italiana, eram mais apegados aos valores familiares e tinham dificuldade com a proposta coletiva de vida. Essas novas pessoas revelaram logo maior habilidade para com os serviços agrícolas e então se julgavam com mais direitos sobre a produção e os benefícios. Esse foi um dos motivos da rotatividade grande que houve na Colônia: parecia a alguns mais fácil conquistar condições melhores sozinhos do que em grupo, até porque não se adaptavam à vida coletiva.

Apesar disso, a Colônia funcionou, como pretendia Giovanni Rossi, como um laboratório de experiência sociológica, onde era possível acompanhar a tentativa de criar novas relações de produção, cooperação e amor entre os seus membros. Observe-se o trecho do relato do próprio Rossi:

Tomaram todo o cuidado para que ninguém assumisse a qualidade de representante do grupo perante os fornecedores, fazendo com que todos fossem conhecidos e considerados igualmente responsáveis e combatendo energeticamente as tentativas individuais de exercer influência no interior do grupo. Dessa forma, as qualificações de feitor, diretor, dono, que na sociedade burguesa são cobiçadas, no grupo anarquista eram apelidos injuriosos que todos buscavam não merecer. [...] O grupo

¹¹ ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Trad. e Introd.: Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

não quis ter nenhum tipo de organização. Não foi estipulado nenhum pacto, nem verbal nem escrito. Nenhum regulamento, nenhum horário, nenhum encargo social, nenhuma delegação de poderes, nenhuma norma fixa de vida ou de trabalho.¹²

Na colônia, Rossi pretendia também uma experiência de amor livre, sem as amarras da família, que considerava uma organização capitalista e patrocinada pela Igreja. Nas cartas de Rossi, que foram aproveitadas por Miguel Sanches Neto na construção do romance *Um amor anarquista*, o italiano faz variadas afirmações a respeito, como por exemplo na carta enviada em 9 de agosto de 1892 a Sestilio: “Volto a me entusiasmar com as possibilidades da Cecília, mas ainda nos fazem falta as mulheres emancipadas dos preconceitos burgueses, que queiram diminuir o sofrimento dos solteiros, cada vez mais alheados da vida coletiva, carentes de afeto e de diversão. Essas mulheres livres tirarão o poder das casadas, criando uma nova irmandade, em que o ciúme e a posse sejam definitivamente banidos, permitindo assim a vitória do clã socialista contra o egoísmo familiar”. Em avaliação posterior sobre o tema da paixão e do amor, conforme cita a professora Adelaide Gonçalves, Rossi assim se manifesta sobre a Colônia Cecília: “Para mim, com este amor sem rivalidade, sem ciúme, sem mentira, o nosso experimento socialista se completa e do estudo dos problemas sociais, eleva-se aquele dos sentimentos mais íntimos, mais complexos, mais obscuros, que agitam a psiquê humana”. Percebe-se, pois, que houve a experiência do amor livre, embora Rossi entendesse que a expressão não condizia com a realidade, já não entendiam essa relação livre como amor, mas como querer bem, pois “querer bem é a forma fisiológica, normal e comum da afeição. Querer bem está entre os 20 e os 80 graus centígrados do amor. Mais abaixo está o capricho, a simpatia de um dia, de uma hora, que - gentil e ligeira - chega, beija e passa. Acima dos 80 graus está a loucura sublime ou a ridícula estupidez”¹³. Mas o propalado querer bem entre os anarquistas acabou envolvendo mesmo apenas dois casais, entre eles, o próprio Rossi, conforme ele próprio relata em *Uma história de amor na Colônia Cecília*¹⁴.

Uma sociedade assim só sobreviveria sem o contato com outras organizações, mas não havia como os colonos se manterem afastados das comunidades próximas. Com elas interagiram-se os anarquistas, através de ligações comerciais e espirituais. A necessária aquisição de trigo, de fubá, de feijão, de carne implicou revisões de conceitos do anarquismo. Não que se estabelecesse uma estratificação social nos moldes das comunidades rurais brasileiras, com rígida hierarquia social, mas se precisou delegar responsabilidades a alguém para gerir todo o dinheiro do núcleo, e isso criou um estrato que seria, mais tarde, responsável em grande parte pelo fracasso da experiência. Contudo, é importante destacar que tal divisão de

¹² ROSSI, Giovanni. Op cit. p. 69.

¹³ ROSSI, Giovanni. Op cit. p. 108.

¹⁴ ROSSI, Giovanni. Op cit. p. 91 a 127.

tarefas que estabelecia um tipo de estratificação foi homologada em convenção objetiva, determinada pela aceitação e consenso geral. Por outro lado, o contato permitia ver maior prosperidade nas colônias com outra organização, o que incentivou muitos a abandonarem o projeto coletivo. Assim a colônia sofria variações no número de pessoas, às vezes havia gente demais para as condições, outras vezes esvaziava-se e recomeçava o sonho. Cada família que chegava dividia o que trouxe com todos, mas quando saía levava parte do que era coletivo, sempre enfraquecendo o grupo.

Todos os esforços do núcleo foram concentrados na safra de 1893, embora as colheitas de 1890 e 1891 não tivessem sido ruins. Cem alqueires de chão foram plantados. A colheita foi boa e posta no grande seleiro e no pavilhão construído ao lado do barracão coletivo dos solteiros, as espigas de milho estavam preparadas para a venda. Gariga, misto de argentino e italiano, seria o responsável pelas negociações de venda do milho na cidade.

Mas os anarquistas não pressentiram as desgraças iminentes. Primeiro foi o crupe, de caráter epidêmico, atacou e deixou cicatrizes nos barracões anarquistas. Sete crianças do núcleo anarquista faleceram. Todo o otimismo da comunidade havia sido arrasado, e a estrutura dos espíritos estava abalada. Depois foi Gariga. Por sua facilidade em fazer amigos, Gariga era o homem do leva e traz, da Colônia à cidade e vice-versa. Responsável pelas compras e vendas de mercadorias, trazia da cidade as cartas, jornais, embrulhos e novidades. Toda a produção de milho foi por ele transportada. Todas as possibilidades, não de lucro, mas de sobrevivência do núcleo, repousavam no aproveitamento racional do cereal. No entanto, passaram-se dias e José Gariga havia sumido. Gariga fora aceito sem maiores restrições, quando chegou ao grupo, apenas indagaram se gostaria de viver em colônia anarquista e, respondido que sim, passou a viver no local e alcançou a posição de prestígio que foi parte da derrota do sonho coletivo.

Para Rossi e os outros idealizadores do projeto, o furto representou a destruição de seus ideais postos em termos práticos. O furto também dera a certeza da precariedade moral dos homens, de seu despreparo para experiência do tipo que idealizavam. No somatório de crises que o núcleo vivia, o furto representou a mais ponderável, porque violentou a ordem anárquica dominante. A semente da desconfiança nascera com o episódio, e poucos demonstraram interesse em tentar tudo de novo, partindo do zero. Rossi, inclusive, vê terminada sua tarefa e vai para Curitiba. Mas em 1894, alguns jovens italianos chegaram à Colônia Cecília renovando a comunidade. Nesse ano, porém, colônia foi invadida pela Revolução Federalista, o que provocou a repressão, o saque dos bens, a destruição dos campos agrícolas e das construções e levou os remanescentes ao abandono do local. Só poucas famílias de agricultores ficaram na região. Rossi viveu em Curitiba, tal como outros anarquistas da Colônia Cecília, vários deles participaram dos primeiros grupos anarquistas e da fundação de sindicatos no Paraná. Em 1895, Rossi trabalhou como agrônomo em Taquari, no Rio Grande do Sul e mais tarde

para Santa Catarina, sempre lidando com a organização operária ou de cooperativas. Várias famílias oriundas na Colônia Cecília instalaram-se em Porto Alegre, principalmente os não agricultores, onde colaboraram no desenvolvimento do movimento anarco-sindicalista. Mais tarde, em 1898, quando se realiza o Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul, há o intenso envolvimento desses anarquistas.

A Colônia Cecília não foi um fracasso. Se não atingiu materialmente o que se esperava de um agrupamento social, serviu pela ação doutrinária e pelo trabalho de seus membros para consolidar valores. Foi uma das primeiras atividades de cooperativa no País. Além disso, cada anarquista deu sua contribuição efetiva ao movimento operário do Paraná e até de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, no final do século XIX e início do XX. Os anarquistas se espalharam pelo Brasil, desenvolvendo sua militância nos sindicatos e na imprensa libertária e desse modo adotaram o Brasil como sua terra onde semearam seus ideais de luta por uma nova sociedade e se abraçaram assim como ‘italianaram’ um pouco o brasileiro.

Giovanni Rossi, depois de viver no sul do Brasil, onde incentivou a criação das primeiras cooperativas rurais, regressou à Itália. Nos seus livros, *Cecilia*, *Comunità Anarchica Sperimentale* e *Un Episodio D'Amore nella Colonia Cecilia*, bem como em inúmeras cartas, Rossi faz um balanço dessa experiência comunitária: “Deves compreender bem isto: que quando uma comunidade, seja agrícola, seja industrial, não tem capacidade e meios de produção suficientes, os seus membros passam melhor, pelo menos aqui, explorados como assalariados dos capitalistas. Esta, para mim, foi a causa verdadeira que preparou, pouco a pouco, a dissolução da Cecília.”. Em outro momento, Rossi afirma: “[A colônia] desapareceu porque foi pobre, e foi pobre porque principiou com pouquíssimos recursos, com pessoas incapazes para os trabalhos agrícolas e porque estava só no mundo, que lhe era economicamente estranho”.

Nesse balanço não é possível esquecer a condição humana tanto nos seus aspectos psicológicos quanto nos culturais. É difícil superar o desejo de poder, o egoísmo, a agressividade e até o espírito de concorrência arraigados no homem. Como abrir mão das relações ou dos segredos familiares? O discurso da defesa da propriedade privada pregou muito bem, na história humana, a manutenção da família, do casamento e da submissão da mulher. De outro lado, a religião se encarregara de difundir o amor familiar, a fidelidade conjugal, a obediência dos filhos. Tudo isso são valores milenares, como superá-los em curto espaço de tempo e ainda lutar pela sobrevivência? A proposta de uma nova economia social passa pela avaliação do conjunto desses valores e pressupõe, portanto, mudanças radicais no comportamento e na cultura humana, e isso não se faz em curto prazo. Entretanto, que os fracassos socialistas do século XIX e os mais radicais do século XX não signifiquem a morte das utopias, mas sim que provoquem reflexões necessárias e amadurecidas para que a humanidade possa alcançar uma

relação mais justa e harmoniosa entre indivíduos e entre comunidades. O homem e a sociedade podem ser diferentes.

Os acontecimentos da Colônia Cecília estão representados numa minissérie televisiva da Rede Bandeirante de 1989, o que contribui para se perceber a importância e a singularidade que o curto episódio tem na história brasileira.

4. Tempo de Conquista de Novos Espaços

Cinquenta anos depois dos episódios da Colônia Cecília, no sudoeste do Estado do Paraná, fez-se um projeto de colonização promovido pelo governo Vargas, que pretendia expandir as fronteiras produtivas nacionais para oeste. Criou-se, então, o projeto denominado “Colônia Agrícola Nacional General Osório” (CANGO), que incentivou colonos gaúchos descendentes de imigrantes europeus (italianos e alemães principalmente) a migrarem para a região do hoje município de Francisco Beltrão, naquele tempo denominado de Marrecas, onde recebiam terras e condições de produção. Tratava-se do primeiro projeto real de reforma agrária planejado e praticado no Brasil. Nele embarcaram centenas de famílias vindas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que se mesclaram aos poucos caboclos locais remanescentes da Guerra do Contestado e conquistaram a terra que lhes era prometida, usando para isso a força do trabalho, a união de pessoas e a luta pelos objetivos comuns, que por pouco não lhes foram roubados.

A região é rica de sobrenomes estrangeiros, hoje assimilados ao patrimônio étnico, histórico e cultural brasileiro. Sem nenhuma pretensão de esgotá-los, mas apenas para exemplificar, seguem alguns dos nomes de família que habitavam a região no tempo do conflito. *Italianos*: Maziero, Giongo, Barbieri, Baldin, Bertholdo, Zandoná, Dalmolin, Fracaro, Gobatto, Bosa, Zatta, Martinello, Campagnoni, Colla, Basso, Ioris, Dettoni, Calefi, Guerra, Lorenzi, Giocobo, Borsatti, Smanioto, Piccoli, Catoni, Schiochetti, Facin, Leonardi, Zanon, Mazzardo, Busato, Cheribin, Bernardi, Floriani, Strapasson, Menin, Michelotti, Carbonera, Trento, Prolo, Daros, Salvatti, Cantelmo, Mazzoco, Cella, Zanatta... *Alemães e poloneses*: Leman, Rech, Backes, Mozer, Pécotis, Finger, Schuster, Groth, Schmauch, Kischner, Kreutz, Arnhold, Domanski, Krasniewicz, Staziack, Freitusch, Totanovski, Piasceski, Picharki, Rudikoski, Hübner, Kremer, Tschá, Seidel... Havia também alguns húngaros, tchecos e de outras nacionalidades, mas predominaram os italianos.

Os acontecimentos dessa empreitada, os percalços e conquistas fazem parte da pesquisa de Iria Zanoni Gomes,¹⁵ estudiosa do assunto e habitante da região, embora criança, na época do conflito e é pelos meandros de seu trabalho que este arraçoado caminha.

As terras dessa região fronteiriças com a Argentina foram motivo de litígio ainda na época da Guerra do Contestado e de lá permaneceram seqüelas que se

¹⁵ GOMES, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros*. 3. ed. Curitiba: Criar, 2005.

prolongaram por décadas. Primeiro, grande parte das terras foram doadas pelo governo à Brasil Railway Company, pela construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, o que já fora um dos motivos do conflito do Contestado. Depois o governo retomou as terras, pois a Brasil Railway Company desviara encargos e agira desonestamente. Posteriormente, o Estado do Paraná entrou em disputa dessas terras contra a União. Além disso, houve os interesses pleiteados por José Rupp, que obtivera do Governo de Santa Catarina um contrato de arrendamento e exploração dessas terras devolutas. Enquanto o disputa judicial ocorria, o Governo Federal instalou a CANGO e começou a colonização organizada da região, habitada por poucos caboclos esparsos. Em pleno processo de instalação dos colonos, em 1950, José Rupp - que tentara vários acordos amigáveis com o governo sem nada conseguir - vendeu os “direitos” à “Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda” (CITLA), que rapidamente conseguiu acordo em condições vantajosas. Então, o conflito se instalou de vez, pois a CITLA pretendia outro projeto de exploração regional: queria construir uma fábrica de celulose e explorar os pinheirais da região, deixando para os colonos somente terras sem araucárias, além do que pretendia vender as terras aos já instalados colonos e posseiros.

Naturalmente as tensões entre os moradores da região e a companhia começam, mas o governador do Paraná - Bento Munhoz da Rocha Neto - interferiu proibindo as transações imobiliárias na região, através da proibição da cobrança do “sisa” (Imposto de Transmissão de Propriedade). Até 1955, a disputa entre a CITLA e a CANGO era decorrente do confronto entre dois projetos de colonização distintos: a primeira queria vender as terras, a segunda doar. E enquanto durou o mandato do governador Munhoz da Rocha, a situação permaneceu calma, embora a disputa judicial pelas terras permanecesse e a CITLA ocupava os espaços regionais de comunicação (principalmente o rádio) para afirmar o seu direito sobre as terras e pressionar os colonos para que pagassem por elas para legalizar a situação; além disso:

“periodicamente os dirigentes da CITLA reuniam-se em Francisco Beltrão e faziam uma festa com churrascada. Convidavam os moradores, discursavam, diziam que a CITLA ia fazer daquela região um paraíso, com usina hidrelétrica, com reforma agrária, terra de graça, estradas, escolas etc. Nessas ocasiões soltavam sempre muitos foguetes e anunciavam que haviam ganho a questão na justiça”¹⁶

A partir de 1956, com a reeleição de Moisés Lupion, a situação se tumultuou muito, pois o cartório de registro de terras de Clevelândia, aberto no primeiro mandato do governador para facilitar as transações de terras, foi liberado pelo governador para a cobrança do “sisa” e facilitou a atuação das companhias de terras na região, aumentando a tensão e o conflito. Essas ações levam Iria Gomes a afirmar o envolvimento do governador com as companhias:

¹⁶ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit. p. 39.

Vários fatos comprovam que Moisés Lupion, pessoalmente, tinha ligações com a CITLA e suas concessionárias, a Companhia Comercial Agrícola e a Companhia Apucarana. Embora seu nome não constasse dos cotistas da CITLA, muitas foram as interferências que, como Governador, fez em favor das três companhias de terra. Participou, usando sua influência, na transação ilegal da escritura de dação em pagamento, a favor da CITLA, em novembro de 1950. Diretamente, criou um cartório na comarca de Clevelândia, em 1951, e revogou a portaria que impedia o recolhimento das “sisas”, em 1956.¹⁷

Entre 1950 e 1955, a organização dos colonos da região tinha cunho reivindicativo apenas, mas a partir das novas investidas das companhias de terra, uniram-se para a defesa de seu espaço, de suas propriedades e da sociedade que organizaram na região. Não foram apenas os colonos que lutaram, também os comerciantes, os atacadistas somaram forças para alcançar o objetivo comum: manter suas conquistas e não serem espoliados.

Com a atuação livre das companhias a partir de 1956, a situação tornou-se crítica, pois a pressão sobre o colono para ‘registrar’ sua terra não se fazia de modo legal e nem pacífico: foram trazidos para a região ‘jagunços’ - uma espécie de força parapolicial - mais de 100 pessoas, que executavam as ordens das companhias como assalariados, “E as ordens eram para que se obtivesse o maior lucro possível com a venda das terras e no menos tempo possível, tendo em vista a situação política favorável”¹⁸. E os valores exigidos eram especulativos: “Eles queriam vender as terras aos colonos numa base de 80, 100, 120 mil cruzeiros a colônia, quando o Estado ... vendia as terras na base de 9, 10 e, no máximo 12 mil cruzeiros... queriam um preço extorsivo que o colono absolutamente não podia pagar”¹⁹.

Quem se negasse a ‘comprar’ era ameaçado ou espancado ou até morto para servir de exemplo aos demais. Os relatos das violências praticadas pelos jagunços contra os habitantes e que constam das entrevistas de colonos que viveram aquela realidade ou dos algozes presos, remetem às torturas nazistas e às atrocidades bárbaras. Eis o que relata o jagunço ‘Maringá’, sobre um dos crimes, ainda que contestado por Jácomo Trento em entrevista dada a Iria Gomes, em que afirma ser a ação ainda mais cruel:

o declarante e mais seis elementos, cercaram a casa de João Saldanha, ocasião em que João Saldanha, (...) fugiu pelos fundos, (...), os elementos da Companhia atiraram a seu encalço, de tiros de Winchester e de revólver; (...) o declarante afirma que (...) “Chapéu de Couro” matou a mulher de João Saldanha, inclusive um menino de oito a dez anos de idade; que o tal do “Gauchinho”, matou uma menina de mais ou menos cinco a seis anos e que outro rapaz conseguiu fugir, (...) que o

¹⁷ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit. p. 51.

¹⁸ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit. p. 57.

¹⁹ PUBLITZ, E. P. *Entrevista*. Pato Branco, 1979. Concedida a Ruy C. Wachowicz em fev. 1979. Acervo do Projeto “Fontes Culturais: Região Sudoeste”. Curitiba. FUNDEPAR, 1984.

declarante pode afirmar que “Chapéu de Couro” jogou a criança para o ar e José Lucas a espetou com uma adaga; (...).²⁰

As forças policiais não agiam contra os jagunços, tanto por estarem do lado deles, pois consta que delegados eram remunerados pelas companhias, como por não serem páreo para o número de marginais. A lei do direito estava morta na região, então só restava uma atitude para manter a dignidade ou tentar recuperá-la: unir-se e resistir.

Desde o início do conflito, em 1951, os colonos agiam pacificamente através de abaixo-assinados que nada resolveram. O último é datado de 3/3/57, com 2000 assinaturas de moradores do município de Santo Antonio, e que foi levado à capital da República por uma comissão. Havia um seguinte, organizado pelo vereador Pedrinho Barbeiro, que seria entregue por ele ao Presidente da República, mas o líder foi assassinado pelos jagunços da Companhia, o que provocou o início da reação por parte do povo.

Segundo Iria Gomes, primeiro o povo mandou representante à capital do Estado, onde pediu intervenção da justiça, que alegou não poder intervir; nem na Assembléia Legislativa se conseguiu ajuda, pois a oposição era minoria, a situação apoiava as ações do poder. Então apelaram para o Comandante da Região Militar, mas esse alegou não ter autoridade para tanto, mas mandou oficiais do Serviço Secreto do Exército para percorrer a região, o que resultou num relatório ao Ministro da Guerra. Tudo isso era demorado, e os colonos tinham pressa, afinal eram vítimas de espancamentos e mortes; então resolveram enfrentar a situação com as espingardas, foices, enxadas e até pedras e paus.

O primeiro embate se dá em 02 de agosto de 1957, quando um grupo de colonos, no distrito de Verê, marcha pela avenida em direção dos escritórios da companhia e são recebidos a bala: “Na frente da multidão vinha um colono forte, conhecido como alemão. Fora expedicionário e para mostrar o propósito pacífico da marcha, e assegurar-se de que não seria baleado, o alemão se enrolara numa bandeira nacional do Brasil. Pois foi assim mesmo que morreu, atravessado pelas balas dos jagunços”²¹.

Conforme Iria Gomes, as pressões da CITLA se intensificaram para os colonos assinarem acordos, até porque a Companhia perdeu outra batalha judicial e queria conseguir dinheiro rápido dos colonos. Os políticos associados ao governo estadual eram francamente favoráveis à Companhia, até fizeram petição ao Presidente da República solicitando intervenção, mas a oposição reagiu e pediu a mesma coisa, porém, com objetivos diferentes. Enquanto ocorria a disputa política e judicial, os colonos perceberam que nada nem ninguém os ajudaria de fato,

²⁰ MÄDER, Othon. *A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná em 1957*; separata de dois discursos pronunciados no Senado Federal em 6 e 9 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958. p. 32-33.

²¹ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit. p. 73.

então assumiram mesmo sua organização, sua luta e defesa. O movimento cresceu, pois contava com a aliança de comerciantes, médicos, advogados e da população das vilas e sedes municipais. A falta de comando foi resolvida com o convite que os colonos fizeram a um antigo ‘farrapo’²² Pedro Santin, conhecido pela coragem e com estratégia para a luta. Em 6 de setembro realizaram sua primeira ação: emboscaram, na região de Capanema, dois representantes das Companhias. Surtiu efeito, pois elas se afastaram de Capanema e se concentraram em Santo Antônio. Santin, depois de uma frustrada ação contra representantes das companhias que resultou em sete mortes de companheiros, invadiu Capanema com 2000 colonos, e a cidade tornou-se o seu quartel general. Após negociação com o governo, com a vinda de ostensivo policiamento e afastamento dos jagunços de Santo Antônio, os colonos desses dois municípios voltaram para suas atividades, mas ainda não se tratava da paz, pois os jagunços que foram levados dali estavam, agora, em Beltrão e Pato Branco pressionando. Isso, porém, acabou “contribuindo para o aprofundamento das relações entre os colonos e as lideranças urbanas, suficiente para desencadear uma reação conjunta que culminou com a tomada das sedes dos municípios e com a vitória dos colonos sobre as companhias de terra”²³. Essa união entre colonos e comerciantes se deu, pois aqueles estavam proibidos pelas companhias de plantar as terras, o que diminuiu o ganho de todos e colocou os colonos em condições precárias e os comerciantes sem o que comerciar. Além disso, os habitantes das cidades passaram a ser vigiados pelos jagunços que andavam armados pelas ruas, ameaçando e amedrontando. Muitos colonos de Beltrão pensavam em voltar para o Rio Grande do Sul, pois a tensão era enorme, mas isso seria recuar e aceitar a expropriação, atitude não-condizente com a sua índole, então veio a luta para recuperar a dignidade.

A gota d’água que uniu a população e deflagrou o confronto final foram duas crianças que apanharam de ‘açoiteira’ dos jagunços, para que contassem onde os pais estavam refugiados. A rádio Colméia de Pato Branco então começou a convocar o povo para uma reunião na casa paroquial. Mil pessoas aproximadamente compareceram. Era 9 de outubro de 1957. No dia seguinte, as lideranças de Francisco Beltrão decidiram tomar a cidade e convocaram os colonos. Dia 11, reuniram-se na cidade 6000 colonos armados e dispostos à luta. Não foi preciso, os representantes da CITLA e os jagunços se entregaram e foram levados pelo 5º Batalhão do Exército. “A cidade virou festa. Os escritórios das companhias foram invadidos. Quebraram tudo. Não que quisessem destruir, mas o que queriam mesmo eram as *malditas promissórias e contratos que haviam assinado. A avenida em frente ficou coberta de papéis, branquinha. (...) Precisava ver a alegria daqueles homens rasgando as promissórias*”²⁴.

²² Termo usado para remanescentes das lutas sociais do sul e que viviam foragidos das autoridades policiais do Rio Grande do Sul.

²³ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit. p. 85.

²⁴ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit. p. 102.

Assim como em Pato Branco, também em Francisco Beltrão o chefe de polícia enviado pelo governo do Estado - Pinheiro Jr. - aceitou as exigências dos representantes dos colonos, além de nomeá-los representantes legais. Foi graças à nomeação de 'Porto Alegre' - Jacomo Trento - como agente policial, que seu grupo prendeu o jagunço 'Maringá', cujo depoimento revelou-se a principal prova contra as companhias de terra. Mas a solução definitiva para as terras da região se deu entre 1962, quando a União e o Estado desistiram da disputa pelas terras, e 1973, quando foi entregue o último título dos 32.256 lotes rurais da região.

Caboclos e colonos de origem estrangeira, comerciantes, advogados, médicos, população das cidades e vilas se uniram num objetivo comum: lutar contra a expropriação, e conseguiram sua meta. Essa luta não só representa a força que o povo tem quando reivindica unido, mas também simboliza a fusão definitiva do homem de origem européia e o brasileiro numa única vontade e num único povo.

5. Conclusão

Os três exemplos aqui narrados sobre os percalços vividos por imigrantes nas terras brasileiras são apenas meio, entre muitos outros, de mostrar caminhos e contribuições que as populações de imigrantes trouxeram para a construção do amálgama misto que faz das gentes deste país um único povo. Note-se que na revolta Mucker, houve imigrantes de ambos os lados e que, como em qualquer outra parte do mundo, os mais abastados e os miseráveis revelaram metas e interesses diferentes, e que o messianismo não é sinal de miséria das gentes nordestinas apenas, mas que outras culturas, porém sempre de desprovidos, também dele se servem. A mesma disputa de interesses se deu na Colônia Cecília, embora a ideologia aí não fosse de caráter religioso, mas social. Os idealistas se defrontaram com os pragmáticos, com benefício dos que lutaram pelo individualismo em detrimento dos que queriam o bem-comum e igualitário. Uns e outros, porém, contribuíram para a formação da imagem múltipla do brasileiro, quer ingressando na organização das lutas sindicais, quer produzindo na agricultura, no comércio ou na indústria. Na luta no sudoeste do Paraná, houve descendentes de imigrantes em ambos os lados: nas lideranças das companhias não se pode esquecer o descendente de italianos Lino Marquetti ou o de alemães Gaspar Kraemer, ambos organizando e liderando jagunços contra agricultores. Portanto, os imigrantes agiram neste território como vítimas e como algozes, dependendo dos interesses que estavam em jogo ou o status que conquistaram e o patamar em que se instalaram na sociedade brasileira.

Fica então a questão: o que é ser brasileiro no século XXI? Certamente que as caracterizações elaboradas até meados do século XX, centradas predominantemente na conformação étnica da mistura das três vertentes (índio, português e negro), pecam pela simplificação e também pela exclusão de significativa parte da população de origem européia que ocupou o sul do País. É curioso constatar que na imensidão das terras brasileiras, os estudiosos de nossa formação tenham se

esmerado tanto em determinar aspectos da cultura nacional marcadamente característicos dos espaços geográficos do Rio de Janeiro para o norte e desdenham ou esquecem ou desconhecem não apenas o Pampa com suas marcas típicas, mas especialmente o homem de origem européia (até falam do europeu, mas de uma ‘outra’ Europa, Portugal) e sua cultura que teve que se integrar desde o primeiro momento que nessas terras pisou pela doação do próprio suor e do sangue em defesa de fronteiras e da própria vida. Quando se trata do imigrante, parece que ele só aportou nas fazendas de café paulistas e contribuiu para aquela riqueza, ou se assentou na capital e virou operário ou comerciante. É esse homem europeu que dará o tempero ao gaúcho campeiro e belicoso e o fará assentar-se em um território para criar raízes. É difícil um gaúcho reconhecer-se em Macunaíma, e ainda menos um gaúcho de raízes provenientes da Itália ou da Alemanha. O brasileiro cordial - e não no sentido pejorativo da expressão - existe nessas terras do sul, mas não o espírito acomodado do Jeca, nem o modo malandro de ser de Leonardo, filho do Pataca, tampouco o lúbrico e festeiro Vadinho, de Jorge Amado, ou outras imagens similares de que nossa cultura e literatura estão repletas e têm valor representativo. No caleidoscópio nacional há brilhos meridionais que andaram esquecidos e que carecem ocupar seu lugar na história. Há no homem do sul um quê de empreendedor, típico dos que se lançam ao novo com o intuito de transformá-lo pelo trabalho, enriquecendo-o com o suor, e não apenas a intenção de espoliar ou expandir. É um homem que encara novos desafios, mas é também um homem devastador, que cresce e aumenta sua fome, que amplia suas fronteiras (para o bem e para o mal), como se pode constatar na colonização mais recente do oeste e sudoeste do Paraná, nisso se assemelha aos bandeirantes, mas deles também difere, pois este quer criar raízes onde pisa, não apenas colher frutos já prontos ou aumentar horizontes territoriais.

Não é de estranhar que até recentemente houvesse falares a propósito de separatismo, naturalmente defendidos por uma minoria sectária. O embrião desse comportamento é composto de variados ‘genes’: há o matiz econômico, há o perfil ideológico, há a identidade cultural, há o isolamento étnico e até uma certa exclusão da história nacional. É verdade que movimentos separatistas na região ocorreram já no século XIX, mas de motivação um pouco diversa do movimento mais recente. No passado era uma elite de estancieiros a reclamar do governo central, no século XX foi atitude mais popular de ruptura com o restante da nação, às vezes se considerando vítimas de uma exploração indevida, outras vezes reagindo contra a rejeição que sentiam. De qualquer modo, havia anseio por autonomia e um certo ar de superioridade, como se livres do resto do Brasil pudessem ser melhores que o Brasil. Cabe, para a compreensão mais profunda desse sentimento, uma análise sociológica acurada que não foi objeto desse arrazoado e nem competência de quem o escreve. O fato é que hoje, já início do século XXI, o homem do sul está mais profundamente integrado à nação e é um patriota absolutamente indispensável na construção cultural, econômica, social, histórica ou

qualquer outro ângulo pelo qual se queira avaliar o povo brasileiro, afinal o homem do sul já não é mais do sul apenas, expandiu-se pelo País, principalmente alargando as fronteiras agrícolas primeiro no Paraná, depois no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Goiás, Pará, Bahia, Tocantins e atualmente sul do Maranhão e do Piauí.

Hoje se pode creditar aos homens e mulheres brasileiros de origem européia um novo viés na personalidade nacional: o empreendedorismo agrícola, decorrência da oportunidade que o espaço geográfico nacional proporcionou ou simplesmente fruto de uma inquietude ou inconformismo ante a fome e a miséria talvez transladada das condições ancestrais vividas na Europa do século XIX. Prova disso foi a escolha de vir para as novas terras como meio de fugir da morte precoce pela fome. No novo território, gozaram de um privilégio: não eram escravos; e mais, receberam terras para cultivar, situação que não beneficiou o escravo liberto. Mas nem tudo foram flores, a construção da vida e a conquista do direito à cidadania passaram por muitos percalços, alguns dos quais lembrados nesses comentários. Por isso, esse homem do sul, tanto quanto o de outras regiões do território, faz jus ao nome de brasileiro, pois enfrentou as dificuldades relativas a seu tempo e construiu sua história.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janáina. *A revolta dos Mucker: Rio Grande do Sul 1868 - 1898*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- AQUINO, Rubim [et al.] *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BRASIL, Luís Antonio de Assis. *Videiras de cristal*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- COUTO, José Geraldo. *Clichês e estética kitsch dominam drama novelesco*. Folha de São Paulo: 27/09/2002.
- DICKIE, Maria Amélia S. *Milenarismo em contexto significativo: os Mucker como sujeitos*. E-mail: <masd@cfh.ufsc.br>
- DICKIE, Maria Amélia S. *Afetos e circunstâncias*. Tese de Doutorado. PPGAS/USP, 1996.
- GOMES, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros*. 3. ed. Curitiba: Criar, 2005.
- GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo II: tempo de guerra*. 7. ed. Porto Alegre: L&PM, 1998.

MÄDER, Othon. *A rebelião agrária no sudoeste do Paraná em 1957*; separata de dois discursos pronunciados no Senado Federal em 6 e 9 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958.

NETO, Candido de Mello. *O anarquismo experimental da Colônia Cecília*. Ponta Grossa: UEPG, 1998.

SANCHES NETO, Miguel. *Um amor anarquista*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PUBLITZ, E. P. *Entrevista*. Pato Branco, 1979. Concedida a Ruy C. Wachowichz em fev. 1979. Acervo do Projeto “Fontes Culturais: Região Sudoeste”. Curitiba. FUNDEPAR, 1984.

ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Trad. E Introd.: Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

SOUZA, Newton Stadler de. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.